

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 10/12/2021 | Edição: 232 | Seção: 1 | Página: 5

Órgão: Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 10.891, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2021

Altera o [Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020](#), para dispor sobre o benefício fiscal concedido às empresas que produzem bens e serviços do setor de tecnologias da informação e de comunicação na Zona Franca de Manaus e que investem em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação na Amazônia Ocidental ou no Estado do Amapá.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere [o art. 84, caput, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição](#), e tendo em vista o disposto no [art. 7º, § 6º, do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967](#), e no [art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991](#),

DECRETA:

Art. 1º O [Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º O disposto no § 1º do art. 5º não se aplica às empresas cujo faturamento bruto anual calculado nos termos do disposto no art. 5º seja inferior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais)." (NR)

"Art. 22.
....."

§ 6º Para fins do disposto no art. 5º, o montante dos dispêndios com eventual intercâmbio científico e tecnológico, como atividade de suporte na execução de projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação, não poderá ser superior a vinte por cento do valor total do projeto em pesquisa, desenvolvimento e inovação do ano-base.

....." (NR)
"Art. 28.
....."

§ 2º Os Estados do Acre, do Amapá, de Rondônia e de Roraima poderão indicar um representante para integrar o Capda na qualidade de membro titular, observado o disposto no § 3º.

§ 3º Os membros do Capda de que trata o § 2º serão indicados pelos Governadores dos Estados que representam para um mandato de dois anos, com direito a participarem das reuniões e a formularem um voto em conjunto.

....." (NR)
"Art. 30.
....."

§ 4º Ato conjunto do Ministro de Estado da Economia e do Superintendente da Suframa, na hipótese de necessidade extraordinária, poderá prorrogar os prazos estabelecidos no **caput**." (NR)

"Art. 46.
....."

II - em relação ao ano-base de 2020, de 30 de setembro de 2021 para:

a) 31 de dezembro de 2021, quanto à entrega do relatório demonstrativo anual; e

b) 28 de fevereiro de 2022, quanto à entrega do relatório consolidado e do parecer conclusivo elaborados por auditoria independente.

§ 2º

I - em relação ao ano-base de 2019, de 31 de março de 2020 para 30 de setembro de 2020;

II - em relação ao ano-base de 2020, de 31 de março de 2021 para 30 de outubro de 2021; e

III - em relação ao ano-base de 2021, de 31 de março de 2022 para 30 de junho de 2022.

§ 3º As aplicações realizadas com base na extensão de prazo a que se refere o inciso II do § 2º poderão ser contabilizadas para fins do cumprimento das obrigações relativas ao período correspondente ao ano-base em curso ou ao ano-base anterior.

§ 4º Para fins do disposto no § 3º, é vedada a contagem simultânea do mesmo investimento no período correspondente ao ano-base em curso e ao ano-base anterior." (NR)

Art. 2º O disposto nos [§ 6º e § 7º do art. 5º do Decreto nº 10.521, de 2020](#), é inexigível para os anos-base de 2020 e de 2021.

Art. 3º Ficam revogados os seguintes dispositivos do [Decreto nº 10.521, de 2020](#):

I - os [§ 6º e § 7º do art. 5º](#); e

II - os [incisos I a IV do § 3º do art. 28](#).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de dezembro de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Paulo Guedes

Marcos César Pontes

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.